



Representação contra Moro foi manobra ineficaz, declara Ajufe

A Associação dos Juizes Federais do Brasil definiu como “ataque” representação movida por um grupo de 19 advogados contra o juiz federal Sergio Moro, que acabou arquivada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região. O juiz Roberto Veloso, presidente da entidade, afirma que, “na ausência de argumentos recursais sólidos”, alguns dos alvos da operação adotam “manobras”, como tentar punir administrativamente o juiz.

Na quinta-feira (22/9), a Corte Especial do TRF-4 considerou que a “lava jato” [não precisa seguir as regras processuais comuns, por enfrentar fatos novos ao Direito](#). Por 13 votos a 1, o colegiado considerou "incensurável" a conduta de Moro por ter divulgado conversa entre os ex-presidentes Dilma Rousseff e Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Segundo o acórdão, as investigações apresentam “situações inéditas, que escaparão ao regramento genérico, destinado aos casos comuns”.

Cristiano Zanin Martins, um dos advogados do ex-presidente, [respondeu que a decisão](#) criou a figura de um juiz acima da Constituição Federal e das leis, o que é inadmissível. “Se a corte reconhece que nem todos precisam observar as mesmas normas, dá espaço para arbitrariedades.” Para o advogado, a tese reforça a necessidade de [acionar a Organização das Nações Unidas](#) contra as atitudes de Moro.

Para a Ajufe, porém, a “lava jato” atinge pessoas que se imaginavam imunes. Veloso afirma que as decisões de Moro têm sido mantidas em tribunais superior – menos de 4% foram reformadas. Ele afirma que “alguns investigados” encontram como alternativa fazer denúncias a organismos internacionais.

** Texto atualizado às 19h30 do dia 25/9/2016 para correção.*

Date Created

25/09/2016